

# diálogos

espaço  
democrático

Fundação para Estudos e Formação Política do PSD

## no espaço democrático

A

# SOCIAL- DEMOCRACIA

EM

# DEBATE



Conversa com

**SÉRGIO FAUSTO**

Cientista político,  
articulista e diretor-geral  
do Instituto FHC



**diálogos no espaço democrático** são publicações do Espaço Democrático, a fundação para estudos e formação política do PSD

## A IGUALDADE É UMA QUESTÃO CENTRAL PARA A SOCIAL-DEMOCRACIA

**O** Brasil não teve ainda uma autêntica experiência social-democrata. Essa foi uma das afirmações do cientista político **Sérgio Fausto** em palestra na reunião semanal do Espaço Democrático realizada no início de junho de 2025.

Diretor-geral do Instituto Fernando Henrique Cardoso, Sérgio Fausto falou sobre as perspectivas da social-democracia no mundo. A social-democracia, apontou, é institucional e procurou canalizar o conflito da distribuição de renda para a arena política e está menos ligada à ideia de distributivismo fácil, que segundo ele destrói riqueza e capacidades, e mais à ideia de desenvolver competência por meio da educação e saúde públicas, redes de proteção para momentos de fragilidade como desemprego e velhice. “A grande ruptura da social-democracia foi esta: é economia de mercado com um Estado que tem papel forte para corrigir desigualdades e fazer regulação”.

A seguir, a íntegra da palestra de Sérgio Fausto. Boa leitura.

Participaram da reunião semanal do Espaço Democrático, coordenada pelo jornalista **Sérgio Rondino**, o empresário e gestor público **Andrea Matarazzo**, o superintendente da fundação, **João Francisco Aprá**, os economistas **Luiz Alberto Machado** e **Roberto Macedo**, os cientistas políticos **Rubens Figueiredo** e **Rogério Schmitt**, o sociólogo **Tulio Kahn**, os gestores públicos **Mário Pardini** e **Januario Montone**, o professor pós-doc da USP **José Luiz Portella**, o médico sanitarista e ambientalista **Eduardo Jorge**, o advogado **Roberto Ordine**, a secretária do PSD Mulher nacional, **Ivani Boscolo**, o coordenador nacional de Relações Institucionais da fundação, **Vilmar Rocha**, o ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira **Cesário Ramalho** e o jornalista **Eduardo Mattos**.



**Sérgio Rondino** - Hoje vamos tratar da social-democracia. Para isso, temos aqui a presença do **Sérgio Fausto**, diretor-geral da Fundação Fernando Henrique Cardoso, comentarista do *Jornal da Cultura*, também articulista do jornal *O Estado de S.Paulo*. Ele é integrante do Grupo de Acompanhamento da Conjuntura Internacional da Universidade de São Paulo (USP), conselheiro do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), codiretor do programa Plataforma Democrática e coeditor da série de livros *O Estado da Democracia na América Latina*.

Nos mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso ele foi assessor dos ministérios da Fazenda, Desenvolvimento e Comércio Exterior e Planejamento. Sérgio Fausto, seja muito bem-vindo ao Espaço Democrático do PSD.

**Sérgio Fausto** - Eu agradeço pelo convite e vou ter que me ajustar com esse duplo ambiente. Tem a tela - e quero dar atenção ao **Eduardo Jorge**, a quem eu aproveito para mandar um abraço - e todos os que estão aqui ao redor dessa mesa. Quero agradecer ao **Andrea Matarazzo**, que foi o portador e, quem sabe, o provocador desse convite.

Entendo que a social-democracia é circunscrita no tempo e no espaço. Ela é um fenômeno histórico que se deu, sobretudo, na Europa, um processo que se construiu no período anterior à Primeira Guerra, já a partir do final do século 19, mas que de fato se consolidou na forma de Estados de bem-estar social no período posterior à guerra.

O que eu quero ressaltar deste fenômeno histórico, para contrastá-lo com experiências de outros países, em particular com a experiência brasileira? Ele não é simplesmente, digamos, um arranjo técnico-burocrático de formato do Estado, de certa alocação de recursos públicos. Ele é a expressão de um pacto social – em alguns casos, um pacto social que se formalizou em alguns momentos; em vários outros momentos, era implícito. Mas, basicamente, o que ele significou foi a incorporação, lá atrás, de uma classe operária ligada à segunda revolução industrial – a grande expansão do setor fabril, da indústria, a classe operária concentrada em grandes empresas, e economias que se formalizaram cada vez mais. Uma classe operária que estava privada, para começar, do direito de voto, que tinha práticas e horizontes revolucionários. E essa classe operária, por meio das suas instituições representativas, estabeleceu um pacto – digamos, nos termos clássicos – com as frações de classe da burguesia. Um pacto pelo qual a classe operária abriu mão de práticas, abriu mão da perspectiva revolucionária em troca da extensão de direitos, a começar pelo direito de voto. Foi o grande impulso da universalização do direito do voto.

Isso se deu no marco de sociedades que eram estruturadas em classes e de economias que, sobretudo do ponto de vista financeiro, eram muito pouco conectadas, estavam muito longe de uma globalização financeira, de plataformas digitais, de transação.

Então, esse era o mundo no qual a social-democracia emergiu e se consolidou, sobretudo no período do pós-guerra. E há dois fatores muito importantes que reforçaram o pacto. Um, a solidariedade nacional com aqueles que foram à guerra – e lembremos que, naquele momento, iam à guerra os filhos dos ricos e os filhos dos pobres, não havia exércitos pro-

fissionais, serviço militar obrigatório; e, ao final da guerra, o surgimento da União Soviética, a ameaça comunista, que levou os setores dominantes dentro da Europa a fazer uma série de concessões ao chamado andar de baixo.

Esse mundo se modificou ao longo da segunda metade do século 20 e está em xeque hoje, quando temos uma estrutura de classe também muito fragmentada na Europa – economias que são muito integradas não só do ponto de vista comercial, mas também do ponto de vista financeiro, uma imensa classe média que passa a ter formas de trabalho variadas, que não cabem mais dentro dos cânones da sociedade de classe industrial, com sindicato, partido, tudo arrumado.

Esse sistema está em xeque em todos os lugares, mas ainda resiste. Na Europa, tem uma força importante, e prova disso é que mesmo partidos de direita, quando chegam ao governo – e mesmo partidos de direita que no passado foram de extrema direita – não negam o estado do bem-estar social. Caso da **Marine Le Pen**, na França. O que ela diz, basicamente? Estado social, sim, mas só para os franceses. Mas ela, de alguma maneira, incorporou esse modelo, essa agenda, essa prática que foi construída ao longo do século 20 e que foi responsável por uma enorme redução da insegurança e da desigualdade na Europa. E isso está presente até hoje. Quando pegamos os trabalhos da OCDE (*Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico*) sobre a distribuição de renda antes da tributação e do gasto e depois, a diferença é enorme.

O caso brasileiro é muito distante disso, mesmo depois de 1988. Em 1988, poderíamos dizer que foi a tentativa de incorporação, no marco constitucional, de elementos da social-democracia. Vale aqui lembrar que após a promulgação da Constituição, em 1989, foi criado o PSDB, Partido da Social-Democracia Brasileira. O presidente Fernando Henrique Cardoso sempre teve problema com esse nome, porque na cabeça dele, de acadêmico, perguntava: como é que um partido social-democrata não tem operário? É uma contradição. Social-democrata é o Partidos dos Trabalhadores. O PT pode não ter um ideário



O MUNDO NO QUAL A SOCIAL-DEMOCRACIA EMERGIU E SE CONSOLIDOU, SOBRETUDO NO PERÍODO DO PÓS-GUERRA, SE MODIFICOU AO LONGO DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO 20 E ESTÁ EM XEQUE HOJE, QUANDO TEMOS UMA ESTRUTURA DE CLASSE TAMBÉM MUITO FRAGMENTADA NA EUROPA – ECONOMIAS QUE SÃO MUITO INTEGRADAS NÃO SÓ DO PONTO DE VISTA COMERCIAL, MAS TAMBÉM DO PONTO DE VISTA FINANCEIRO, UMA IMENSA CLASSE MÉDIA QUE PASSA A TER FORMAS DE TRABALHO VARIADAS, QUE NÃO CABEM MAIS DENTRO DOS CÂNONES DA SOCIEDADE DE CLASSE INDUSTRIAL, COM SINDICATO, PARTIDO, TUDO ARRUMADO.

ESSE SISTEMA ESTÁ EM XEQUE EM TODOS OS LUGARES, MAS AINDA RESISTE. NA EUROPA, TEM UMA FORÇA IMPORTANTE, E PROVA DISSO É QUE MESMO PARTIDOS DE DIREITA, QUANDO CHEGAM AO GOVERNO – E MESMO PARTIDOS DE DIREITA QUE NO PASSADO FORAM DE EXTREMA DIREITA – NÃO NEGAM O ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL”.

social-democrata ainda, mas do ponto de vista sociológico... Fernando Henrique nunca gostou muito desse nome. Não sei se vocês se lembram, em 2013 ele fez um artigo interessante, publicado na revista do **Rubens Barbosa**, *Interesse Nacional*. Ainda era o tempo do duopólio PT-PSDB no nível federal. Ele dizia assim: “Olha, o PT conquistou essa massa de pobres que foi incorporada ao orçamento via programas de transferência. Essa é uma – vamos chamar assim – clientela eleitoral que o PSDB perdeu, nunca vai ter. No que nós temos que apostar? Nos

setores médios de hoje e em acreditar que o Brasil vai dar certo, que esses setores que estão agora nesta clientela dos programas de transferência de renda vão passar à classe média. E nós temos que estar preparados para recebê-los. Veja que também não é um raciocínio tipicamente social-democrata. Ele não está pensando em classe, os sindicatos já estão muito mais fracos... A história brasileira é muito diferente disso.

É verdade que a Constituição de 1988 – e tudo o que se seguiu a ela até um certo ponto, eu diria até

2014 - se deu sob o signo de um espírito social-democrata. O Brasil fez isso a partir de um pacto social implícito, não explícito, diferente do que foi feito na Europa. Basicamente, o que se fez aqui foi trazer os pobres para dentro do orçamento, mas mantendo as posições de quem já estava dentro do orçamento - as classes médias, os chamados ricos. Foi um mecanismo aditivo. Não por outra razão nós vivemos, depois de 1988 - em particular depois da estabilização - um aumento de carga tributária muito significativo. A carga tributária, como porcentagem do PIB, cresceu qualquer coisa como 10 pontos percentuais - ou mais do que isso. É uma situação bastante notável fora de tempos de guerra. Em tempos de guerra você tem um duplo processo. Aumenta a carga tributária e aumenta a dívida - os Estados Unidos estão chegando agora próximos ao patamar de dívida que tiveram no final da Segunda Guerra.

Esse foi o processo brasileiro. Aqui, a social-democracia - entre aspas - teve um sucesso bastante expressivo na redução da pobreza e da pobreza extrema. Acho que isso é inquestionável. Não preciso falar dos programas de transferência de renda, não preciso falar da importância do SUS, estão aqui o **Eduardo Jorge** e o **Januario Montone** que conhecem melhor do que eu. Agora, é um sistema muito pouco potente para reduzir a desigualdade. Houve uma redução da desigualdade dentro dos rendimentos do trabalho, mas quando olhamos o conjunto das rendas e incorporamos as rendas de capital, os trabalhos mais recentes mostram que a desigualdade basicamente se manteve intacta ao longo de todo esse período.

Vocês diriam que já não é pouco ter reduzido a pobreza e a extrema pobreza, no que eu concordo, acho que é uma grande conquista da Constituição de 1988, do que se seguiu. E quando olhamos também IDH (*Índice de Desenvolvimento Humano*), com todos os problemas - saúde e educação com uma melhora relativa, mais nos níveis iniciais que no nível médio - houve progresso. O SUS, acho que é uma grande conquista. Qual é o problema que nós temos com esse sistema hoje? É que, olhando para a frente, já há sinais de que tem problemas de sustenta-

bilidade financeira muito severos. E problemas que tendem a se agravar por uma transição demográfica muito acelerada que está acontecendo no Brasil. Nós estamos envelhecendo em 30 anos o que países como a França levaram mais de um século para envelhecer - medido o envelhecimento pelo percentual de pessoas com mais de 60 anos, 30% de pessoas com mais de 60 anos.

Ora, o modelo social-democrata clássico foi construído com populações ainda jovens. Uma das fontes de estresse do seu financiamento se deu, de um lado, pelo envelhecimento da população, portanto a carga de dependentes aumentou muito. Mas é preciso levar em consideração não apenas o fato de que o gasto tende a crescer; temos um problema também do lado da receita, que tem a ver com a estrutura produtiva do País. Isso acontece nos países europeus? Acontece. Nos países europeus a informalidade continua muito menor do que no Brasil. Mas aquela formalização que houve no período do auge dos estados de bem-estar social, que eram economias com altos níveis de formalização - trabalhadores formalizados, empresas formalizadas -, quase 100%, já não é mais o retrato de hoje. Há muita heterogeneidade no mercado de trabalho. As formas de contrato, e também as formas de trabalho, estão mudando.

Mas nada se compara com o que nós vivemos no Brasil. Já somos, historicamente, um país com setor informal muito grande. A forma pela qual - não é o único fator - financiamos o aumento de carga tributária ao longo dos últimos 30 anos reforçou a informalidade. E é esse sistema que agora toma um imenso choque das mudanças na forma de trabalho.

Cito as formas que o Brasil encontra para resolver problemas de conflitos distributivos. Isso se deu no governo Fernando Henrique. Quando foi percebido que o fim do imposto inflacionário e o aumento da responsabilidade social do Estado implicavam no aumento da carga tributária, e que essa carga tributária passou a onerar cada vez mais o setor formal, buscaram-se atalhos. Quais foram os atalhos? Os chamados regimes especiais. O Simples foi criado lá atrás, invenção do Everardo Maciel, que não é pro-

priamente um social-democrata. Então, o governo Fernando Henrique tinha um pedaço social-democrata, mas não era um governo social-democrata no seu conjunto. Não dá para dizer que ele fosse um governo social-democrata, no sentido forte da palavra.

Mas no Brasil são criados certos limites e eles vão sendo expandidos. No Congresso Nacional há muita divergência sobre muitas coisas, mas qualquer projeto de expansão do teto do Simples tem a tendência a conquistar a unanimidade. MEI, que é a criação de 2008, governo **Lula**, eu acho que a pessoa mais associada foi o próprio **Guilherme Afif Domingos**. A ideia, em princípio, pode parecer interessante, mas entrou no processo de metástase. E com os regimes de contratação via plataforma, virou a farra do boi.

Isso coloca um problema monumental para o financiamento de longo prazo da Previdência. Se falarmos de proteção social no Brasil, mantermos esse arranjo que temos é absolutamente insustentável. Então, meu ponto é o seguinte: ele não é só insustentável pelo lado do gasto. É óbvio que você tem que fazer uma nova reforma da Previdência. É óbvio que essa idade mínima precisa ser expandida e ajustada com o envelhecimento da população. Tudo isso é verdade. Então, digamos, para usar os estereótipos, quando a direita diz isso, a direita tem razão; mas tem um outro lado dessa história. E o outro lado dessa história é que temos um conjunto de regimes especiais que erode o financiamento do aparato de política social do Estado brasileiro. Uma maneira de olhar isso é dizer: dane-se, eu quero acabar com esse aparato do tamanho que existe. Então, não acho que são conquistas de 1988. Acho que nós temos que reduzir direitos e reduzir despesas porque isso libera forças no setor privado, gera dinamismo econômico, mais crescimento, e com um mínimo de política social reduzida fundamentalmente a redes de proteção e tal, o dinamismo da economia brasileira se encarregará de lidar com os problemas da pobreza.

Desigualdade não é um tema que faz parte do repertório da direita. Certo ou errado, é uma característica. Eu acho que é uma visão cega, que minimiza a importância que esse aparato tem, inclusive para

acomodar conflitos sociais no Brasil. É cega também porque não percebe que haverá uma pressão crescente por gastos públicos indispensáveis para lidar com o envelhecimento da população, sobretudo na área de previdência e da saúde. E nós vamos sofrer. Apenas começamos a ter os benefícios, mas também teremos os malefícios da incorporação de uma nova tecnologia. É claro que a Inteligência Artificial tem dois lados, mas ninguém me convence de que não haverá um viés claro contra um certo tipo de mão de obra, sobretudo ligada a profissões de classe média rotineiras.

Vou exagerar: estamos sentados em cima de algumas minas, algumas bombas de tempo que vão nos alcançar muito rapidamente. Não acho que lidar com isso seja possível da forma como a direita advoga: reduz o Estado, diminui o Estado. Não me parece que seja essa a solução. Tampouco é a solução que a esquerda tradicional advoga. Simplificando muito: é preciso taxar mais os ricos, as grandes empresas e, em particular, os bancos.

Más notícias sobre esse ponto de vista: tem um estudo interessante coordenado pelo economista **Samuel Pessoa** que mostra que a tributação sobre as empresas do lucro real no Brasil não é baixa na comparação internacional. O segmento do lucro real paga, aqui no Brasil, mais imposto do que se paga em países de renda per capita como o nosso. Obviamente, isso coloca um limite. Os bancos podem ter lucros exorbitantes por conta, digamos, da estrutura de competição. Tem que armar mais competição, mas não é taxando mais os bancos que vamos resolver esse problema, isso vai bater na conta do crédito. Além disso, há o fato de que hoje há mobilidade de capital. Isso não é o cenário da social-democracia do século 20. Os ricos têm que pagar mais impostos na pessoa física? Tem. Agora, má notícia: o Sérgio Fausto é rico. Essa ideia de que os ricos são só os membros da família **Ermírio de Moraes** é desconhecer como é a distribuição de renda no Brasil. Todos nós aqui estamos pelo menos dentro da faixa do 1% mais rico da população. Então, isso vai bater. Eu acho que a alíquota marginal de Imposto de Renda no Brasil é baixa. Mas aí não é mexer

só na alíquota, tem que mexer na pejetização. Na hora que mexer na pejetização, vamos ver advogados, médicos, profissionais liberais de alta renda... A confusão que isso vai produzir...

Então, a resposta da direita não me parece produtiva, sustentável. Tampouco a resposta da esquerda. Porque, levada ao extremo, o que acontece com a resposta da esquerda? Ela vai matar o setor mais produtivo da economia, que é o que paga imposto hoje em dia. Se você onera ainda mais as empresas do lucro real, para pagar mais impostos... E é mais fácil recolher imposto aí, há uma correlação grande entre maior organização da empresa, maior porte da empresa, maior produtividade.

Assim, é uma proposição totalmente *self-defeating* do ponto de vista do desenvolvimento do País. Como é que a gente encontra uma terceira posição para lidar com esse problema? Qual é a premissa dessa terceira posição? Acho que ela ainda é, de maneira *light*, suave, social-democrata no espírito de 1988 - porque eu acho que essas conquistas nós temos que preservar. Por isso acredito que a direita está errada. Porque não valoriza o suficiente as conquistas de 1988. E por conquistas de 1988, a saúde como direito universal - pode não ser integral, mas é universal; educação, idem; previdência social, INSS forte, autossustentável. Não vamos resolver tudo à moda chilena. Basta ver o que aconteceu no Chile: tiveram que reforçar o chamado pilar solidário. Como se faz isso e, ao mesmo tempo, liberando o espírito de empresa no Brasil?

Eu não tenho uma resposta óbvia para isso. Há uma série de reformas que precisam ser adotadas do lado tributário e do lado fiscal, do lado do gasto e do lado da receita. Quando a gente entrar nisso, entramos no miolo do conflito distributivo. Lidamos com esse problema em um país que de alguma maneira tem classes médias já muito espremidas. Criamos serviços universais de saúde e educação cuja clientela não é a classe média - e a classe média se viu forçada a ir a mercado comprar, isso consome uma parcela enorme. Saúde é o caso mais evidente. Então, como vai onerar? Usar essa variante, nem pensar. Temos um problema aqui e vamos ter que

mexer na estrutura de imposto, mexer no Simples, mexer no MEI, e nos PJs. E isso é uma confusão. Então, é preciso um capital político extraordinário para comprar essa briga, para dar viabilidade para essa terceira posição. Ela pode surgir, pode se viabilizar no momento em que a crise mostrar os seus efeitos.

Como os mercados tendem a antecipar problemas, eu não descarto que a gente tenha uma transição bastante difícil de 2026, 2027 - mas espero que não. Por outro lado, empurrar esse problema para a frente vai nos criar o problema do sapo, o sapo escaldado e o sapo fervido. Nós estamos cada vez mais fervendo. E quando você ferve devagar, numa situação em que há um problema de oferta de liderança e de estrutura partidária capaz de oferecer um programa que dê uma perspectiva de futuro para o País, podemos ficar atolados numa situação de baixo crescimento, de crescente fragilidade em um mundo cheio de surpresas, confusões, tempestades.

Então, acho que a gente está numa posição que não é de emergência, mas olhando as coisas com realismo e projetando o que temos hoje, projetando o futuro, acho que estamos passando do sinal amarelo para outro que tem tonalidades mais vermelhas. Mas essas tonalidades ajustamos para que prestem atenção na gente. Se dissermos: Ah, isso é um problema de longo prazo, isso não deve nos ocupar, sobretudo para quem está na lida da política, isso não chama atenção. Então, a minha intenção aqui foi provocar.

**Andrea Matarazzo** - Você falou uma coisa que, para mim, foi clara no período do governo Fernando Henrique Cardoso: a origem do PSDB era a social-democracia, mas ao montar o programa de governo, inclusive junto com o PFL, a social-democracia ficou na rede de proteção social, que foi um dos eixos importantíssimos do governo. Mas aí vieram as privatizações, lei de responsabilidade fiscal, uma série de coisas que mostraram o quanto a cabeça do Fernando Henrique era avançada e moderna. E, portanto, ele foi para o centro muito cedo, falando de bandeiras que hoje o pessoal está aí gritando: privatização,

liberalismo, etc. A desigualdade, no Brasil, continua cavalar. Esse é um problema seríssimo. E precisa ser resolvido, inclusive, para ter espaço para o crescimento econômico, o crescimento de empresas e do empreendedorismo. É preciso poder aquisitivo. O que mais me preocupa é o seguinte: a sociedade mudou muito. Então, quando a gente fala em financiamento da Previdência, hoje, ainda está falando de uma Previdência do início do século 20. Quando a gente fala em tributação, também está falando em tributação que vem desde o início do século 20. E as empresas, hoje, não têm mais nada a ver com o que eram quando o meu bisavô começou a fazer fábricas, ou quando meu avô implementou fábricas, e até quando meu pai deu um salto tecnológico, fez uma transformação imensa, o que dificulta a regulação, a fiscalização e também a tributação.

Ao mesmo tempo, a pessoa que trabalha, o trabalhador jovem de hoje, não tem nada a ver com o cara de 30 anos atrás. Se chega para mim, na empresa, o currículo de alguém que está há 25 anos no mesmo lugar, eu olho aqui e penso: pelo amor de Deus, isso é um acomodado, não é o perfil que eu quero. E o jovem, quando vê uma empresa com um perfil muito tradicional, não é o que ele quer. Na década de 1970, 1980, a gente fazia concurso e as pessoas queriam ser funcionários de tal lugar, ficar, garantir a vida. Hoje, não. O jovem quer mudar de emprego, mudar de endereço se onde está é ruim, etc.

Então, o que a gente percebe? Contrato de trabalho, que é um dado importantíssimo, tem proteção social, etc. Para quem ele está bom hoje? Só para o sindicato. É péssimo para o contratado e péssimo para o contratante. Não vou querer fazer grandes perguntas, nem me alongar muito, mas o fato que a gente percebe é que tanto as bandeiras da direita quanto as da esquerda são arcaicas, carcomidas, completamente fora da realidade; e as da social-democracia também. É preciso discutir todo esse aparato legal, regulatório, de leis trabalhistas e de responsabilidade social, e também desenvolvimento em cima do novo modelo de emprego e de empresas. Então, eu pergunto: como os governos, que são analógicos, vão acompanhar uma sociedade que é digital?

**Sérgio Fausto** - Karl Marx dizia que não pode existir socialismo em um país só, tem que existir socialismo em escala planetária. Quando olhamos este mundo que está surgindo, ou temos uma espécie de social-democracia - ou seja lá o que for - em escala planetária, ou a possibilidade de regular na esfera nacional é limitada. Acho que não podemos esquecer o fato de que uma economia de mercado é excepcional para produzir riqueza, mas ela produz assimetria. Então você pega o caso do chamado empreendedorismo, a ideia de que é bom, vou ter flexibilidade, trabalho um pouco no Uber, faço um bico aqui, faço um bico acolá. Eu acho que isso é a expressão de muita coisa, inclusive de uma mudança cultural, de uma espécie de hiper individualização, em que os indivíduos têm dificuldade de criar filiações de longo prazo com instituições, muitas vezes até com outras pessoas.

Mas há uma enorme ilusão nisso, porque esse cara está totalmente desprotegido do ponto de vista trabalhista e previdenciário. Ele está vivendo a ilusão de uma eterna juventude. E me irrita a direita cantar em verso e prosa o empreendedorismo, como se tudo fosse a mesma coisa. Um cara que estudou na USP, foi para o MIT (*Massachusetts Institute of Technology*), montou uma startup, conseguiu uma grana do Vale do Silício e criou uma dessas empresas unicórnio não é a mesma coisa que o cara negro que mora na periferia da cidade e faz Uber. Isso é, sem ideologia, no pior sentido da palavra, o falseamento da realidade.

Então, para esse empreendedorismo, por necessidade, precisamos criar mecanismos de proteção. Esse governo apresentou um projeto que foi massacrado no Congresso - pode ter lá seus defeitos -, mas tem a direção correta de criar algum tipo de proteção previdenciária e trabalhista para essa turma que vive de lá para cá. Dizer que eles são trabalhadores autônomos, eu acho que foi uma concessão política. Eles são autônomos mais ou menos. Ali tem uma subordinação, tem uma margem de manobra, não é a mesma coisa que a CLT, mas não me digam que ele é um empreendedor. Isso é falseamento da realidade, não é verdade. Então, um partido social-democrata precisa ter sensibilidade para esse tipo de questão.

Quando olhamos as pesquisas, vemos que 75%, 80% das pessoas que não tem CLT e estão na faixa de renda até três salários mínimos querem ter CLT. Então, essa ideia de que CLT hoje não importa mais nada não é verdadeira. Os dados não mostram isso. Onde é que começa a haver a ideia de que não precisamos de CLT? É quando o cara tem rendimento médio. Eu entendo esse fenômeno, mas em grande medida o cara está iludido. Vamos pegar esse cara da faixa de renda do meio, que foi quem mais se prejudicou na pandemia - porque estava acostumado com um rendimento de 10 mil reais, 12 mil reais por mês. Aí vem uma situação totalmente anômala e ele tem que viver na proteção do *safety net*, a renda dele sai de 12 mil reais e cai para 2 mil reais.

Então, tem toda uma classe média de autônomos que, eu acho, tem uma posição frágil, mas não se dá conta disso. Porque tem dificuldade de olhar o longo prazo. As pesquisas mostram: as pessoas têm dificuldade de entender a importância da Previdência Social ou da previdência complementar. Isso 30 anos depois do Plano Real. Então, acho que temos que olhar as novas formas de emprego. A turma do Vale do Silício, se não quer respeitar a lei, põe na cadeia. Essa coisa de *cowboy*, do eu faço do jeito que eu quero, não dá, a gente não pode se render aos novos senhores feudais que se supõem acima da lei. O que está acontecendo nos Estados Unidos é uma tentativa de tomar o poder político para fazer as regras que convêm às *big techs*. Eu acho que a gente tem que enfrentar esse negócio, não tem que baixar a cabeça. Então, sim, o mundo mudou, mas tem um norte social-democrata que a gente não deveria perder.

**Andrea Matarazzo** - Fazer o *aggiornamento*), a atualização, não a liquidação.

**Sérgio Fausto** - O capitalismo produz desigualdades que são inaceitáveis e precisam ser corrigidas.

**Luiz Alberto Machado** - Concordo plenamente com a importância da reforma da Previdência e até da reforma trabalhista, embora eu acredite que

nenhuma delas saia do Congresso da maneira que entra. E aí ela sai tão desidratada que pouco depois é necessária uma outra reforma da Previdência.

Até que ponto você acha que é possível uma reforma social, seja a Previdência, seja a trabalhista, viável, daquela que é necessária para o País, considerando que falta uma grande liderança que tenha capital político para enfrentar as resistências e até para negociar com o Congresso? Então, são duas coisas que eu acho que é difícil enxergar no futuro: a viabilidade de reformas efetivamente eficazes e em segundo lugar, do jeito que a gente tem hoje, um quadro sem grandes lideranças políticas que tenham capital político para enfrentar essa situação.

**Sérgio Fausto** - Concordo integralmente com você. Não digo isso abertamente porque posso estar errado, e depois porque não gosto de ser arauto de crises. Mas acho que nós montamos uma situação de tal ordem que esse capital político vai ser criado no momento em que nós sofreremos uma crise forte, que abale esse sistema. Olha o Congresso hoje. Tem muito mais poder do que jamais teve, funciona de uma maneira fragmentada, reserva um espaço de 10%, 15%, 20% para tratar de grandes questões nacionais e o poder de agenda do presidente diminuiu muito. Então, estamos com as mãos muito amarradas. As instituições de Washington, o Banco Mundial e tal, têm falado, estão observando isso, essa certa paralisia dos sistemas políticos em vários países, a incapacidade de responder aos desafios contemporâneos, a ideia de capitalizar a crise. Já virou uma espécie de jargão, de mantra.

E eu temo que nós vamos ter que passar por uma crise para poder encontrar caminhos. Mas quando você entra numa crise, não é nada garantido que as saídas serão boas. Você abre a caixa de Pandora.

**Rubens Figueiredo** - A estabilização da moeda talvez tenha sido a maior revolução do Brasil em termos de colocar no consumo uma massa enorme de brasileiros. Por exemplo, o brasileiro passou de 11 litros de leite que consumia para

140. E, depois, do ponto de vista de comunicação e percepção da sociedade, isso não foi devidamente, vamos dizer, faturado.

Depois há uma outra revolução, uma revolução do consumo, vamos dizer assim, mais capitalista - as pessoas comprando telefone celular, moto, viajando pela primeira vez de avião e de navio e tendo alguém na família estudando pela primeira vez no ensino superior. Você não acha que a falta de defesa daquilo que a social-democracia fez tem um preço alto hoje para a sociedade, porque não se percebe aquela revolução que talvez tenha sido a maior da nossa história?

**Sérgio Fausto** - Expectativas atendidas, novas expectativas surgem. Essa ideia de gratidão do eleitor funciona em determinadas circunstâncias. É um fenômeno. Entender a longevidade do peronismo na Argentina é uma coisa impressionante porque eles internalizaram a memória do primeiro Peron. Ora, o primeiro Peron terminou em 1955. Agora, nós temos que lembrar que o Peron não apenas trouxe os pobres para dentro do consumo de massa, para dentro do Teatro Colón, para dentro do orçamento argentino. Ele criou o movimento, criou o sindicato, criou uma estrutura financiada que os governos posteriores jamais conseguiram destruir. No Brasil, nem o PSDB, nem o PT - que tentou criar uma estrutura permanente - conseguiram fazer nada semelhante. Então, aqui vale a regra geral. A regra geral é essa: expectativas atendidas, o que vem por aí? Qual é a próxima? O governo Fernando Henrique teve capital político por conta do Plano Real. Até quando durou o capital político do Plano Real. Mas é um tipo de reforma de característica muito singular, porque a estabilização gera imediatamente capital político.

Então, quando o economista **Samuel Pessoa** dizia que a reforma tributária é o novo Plano Real, eu falei: "Não sei" - mas do ponto de vista econômico ele entende mais do que eu. Do ponto de vista político, é uma bobagem inominável. Não gera esse capital político, gera interesse contrariado - o setor de serviços está incomodado. O

Fernando Henrique fez aquela reforma, que era a estabilização, que gerava um imenso capital político. Não tem outra. Tudo agora é osso. Então, temos um imenso problema.

Essas duas experiências de social-democracia, Fernando Henrique e Lula, bateram neste problema de expectativas atendidas, expectativas novas, e falemos também, com clareza, terminou por causa do imenso escândalo de corrupção. A Lava Jato destruiu o PSDB - que já não estava muito bem nas pernas -, acabou de destruir, jogou na vala comum. O PT conseguiu resistir porque tinha mais estrutura, mas olhando para a frente, o PT está em um mato sem cachorro. Basta olhar as fotos do PT. Só tem 60+. Quem é que tem liderança nova hoje? É a direita.

**Eduardo Jorge** - Duas observações e duas perguntas. A primeira observação, eu sempre volto ao Nordeste e vejo que a Constituição foi excelente para o Brasil, mas a pobreza continua e, o pior, a miséria continua. Então, a gente tem muita coisa para fazer ainda. A segunda observação é que a social-democracia resiste. E uma coisa importante que o Sérgio falou, eu quero repetir: o capitalismo gera desigualdades e está no espírito da social-democracia tentar discutir esse assunto. E ele falou dessa questão mesmo nessas formas novas de trabalho. Essa outra expressão que ele usou, de forma tucana, foi: "cria assimetrias". E a social-democracia, segundo a própria concepção que o Sérgio nos expôs, ela tem uma preocupação com essas assimetrias e com essas desigualdades, senão não vale a pena existir.

A social-democracia resiste. Hoje ela está disseminada. Na Europa é mais conservadora em Portugal, mas é mais esquerdista na Espanha; na Inglaterra ela oscila entre a esquerda e o centro e na Alemanha é mais centrada, ainda bem, mas ela persiste. Essa é a segunda observação: a social-democracia tem um papel por causa das assimetrias e por causa das desigualdades que continuam. As perguntas são: primeiro, você, que é de uma família historiadora, como é que você diferencia esse populismo de esquerda

moderno, do século 21, da social-democracia? Dê o seu mapa para a gente diferenciar entre um e outro. E a segunda pergunta: como você classifica esse enigma, essa esfinge chamada PT? Ela é um populismo de esquerda? Ela é uma social-democracia enrustida? Ela é um revolucionarismo enrustido? Ou é uma frente tropicalista de esquerda?

**Sérgio Fausto** - O tema da igualdade é central para a social-democracia. Podemos pensar em igualdade a partir de diferentes ângulos. Igualdade de oportunidades, de resultados, enfim. Mas é um tema central. Eu trago o tema da igualdade aqui para fazer uma observação sociológica e cultural da dificuldade do Brasil com a social-democracia, porque eu acho que nós não gostamos da igualdade. Veja nos nossos comportamentos. O tempo todo nós procuramos, no Brasil, a diferenciação, um regime especial, um canal especial de acesso. A ideia da igualdade está vinculada à ideia de pertencimento de cidadãos iguais a uma mesma comunidade política. A gente fala sobre isso e professa isso. A gente não pratica. Até porque praticar isso, às vezes, é contraproducente do ponto de vista individual.

Acho que o Brasil melhorou desse ponto de vista a partir do governo Fernando Henrique. Algumas áreas se institucionalizaram mais. Mas acho que, se todos nós aqui olharmos para dentro, vamos saber que na hora que queremos resolver um problema, o que resolve o problema não é a norma geral, é um amigo que você tem em determinado lugar que vai quebrar o teu galho. O amiguismo, o familismo, o clientelismo, o patrimonialismo, isso está extraordinariamente entranhado na cultura brasileira, em todos nós. Não estou me eximindo disso, não. Isso é tudo, digamos, na ponta oposta da igualdade, que é o valor central da social-democracia. Então, é um País culturalmente muito complicado para vicejar a social-democracia.

Mas, dito isso, você me pediu diferenciações entre o que é o populismo de esquerda e o que é a social-democracia. O populismo de esquerda é personalista e distributivista. O caso extremo é o chavismo. Então, é a ideia de subordinação a uma grande li-

derança, que é a expressão da essência do povo e da nação, e que confisca renda e propriedades dos ricos para distribuí-la para os pobres. O que destrói qualquer economia de mercado. O caso extremo é o Hugo Chávez. A social-democracia é muito mais institucional. Ela procurou canalizar o conflito distributivo para a arena política, resolvê-lo de maneira institucional, e está muito menos ligada à ideia de um distributivismo fácil, que é destruidor de riqueza e destruidor de capacidades, e muito mais ligada à ideia de que vou desenvolver capacidades num amplo espectro da população por meio da educação pública, da saúde pública, das redes de proteção para momentos da vida de particular fragilidade - desemprego, velhice etc.

Mas o horizonte é o de uma sociedade de cidadãos participantes da política e produtivos do ponto de vista da economia, e que aceitam o capitalismo. A social-democracia, a grande ruptura foi essa. É a economia de mercado com um Estado que tem que ter um papel forte para corrigir desigualdades e fazer regulação. É completamente diferente do que é o populismo de esquerda. O que é o PT? O PT é uma salada mal digerida. O cientista político **Celso Rocha de Barros** escreveu um bonito livro pela Companhia das Letras, chama-se *PT - Uma História*. E eu fiz a resenha do livro para a revista *451*. Fiz um monte de elogios ao livro, mas disse que o livro é o que o Celso gostaria que o PT fosse. Não é o que o PT é. Como a maioria dos partidos de esquerda latino-americanos não é. De novo, a social-democracia é um fenômeno que tem certa localização geográfica, histórica. É difícil de se espalhar em outros cantos do mundo, em particular em sociedades como as nossas, muito marcadas pela desigualdade e pelos enormes problemas que isso gera. Não sei se te respondi. Enquanto você tem um líder da estatura do Lula, com o carisma do Lula, você vai tocando a vida. E aí, sei lá o que vai ser do PT. Acho que o risco do PT virar uma coisa pequena, de média para pequena, não é desprezível.

**José Luiz Portella** - Eu concordo com 99,9%. Você falou que "a terceira via tem que se funda-

mentar num pilar ou em pilares". Quais são esses pilares? Partindo agora para o prognóstico, partindo para a cura da doença. Se é que você acha que tem, qual seria a saída inicial? É sempre um processo de transição?

**Sérgio Fausto** - Claramente não é a manutenção do *status quo*. A possibilidade de funcionar dentro do modelo que mal ou bem nós montamos a partir de 1988... Está claro que esse modelo se esgotou. E nós temos que avançar em duas vertentes, concomitantemente, e equilibrar as duas pernas nessas duas vertentes que não são necessariamente convergentes. Vai precisar de muito engenho e arte. Uma é não apenas preservar o que vou chamar de aparato de políticas sociais de 1988, mas adaptá-lo ao que vem por aí. Porque o que vem por aí vai exigir uma resposta do ponto de vista das políticas sociais mais potente e eficiente do que a gente, no momento, está preparado para dar. Como é que a gente lida com o problema do envelhecimento, como vai lidar com o desemprego estrutural que tende a crescer? Então, isso aqui tem que ser trabalhado.

E a outra vertente é a de tornar a economia brasileira mais produtiva. O economista **Paul Krugman** diz - e olha que o Krugman não é super ortodoxo - que a produtividade não é tudo, mas no longo prazo ela é quase tudo. Então, um país que tem hoje a produtividade que é 20% da americana não vai ter crescimento longo, sustentado, acelerado, não vai resolver os seus problemas. A ideia da esquerda, de que resolveremos os problemas fazendo mais taxaço e mais gasto, e que isso - o gasto público - gera tração na economia, no *matter what*, é uma bobagem. No fundo, é como você caminha por essas duas vertentes. Aí, a questão do sequenciamento e do *timing* é muito importante, para não falar das considerações políticas. Agora, mexer no momento de fragilidade da economia brasileira, mexer em regime... Primeiro, não passa no Congresso. Mas como mexer nos regimes especiais sem sufocar empresas médias e pequenas? Não é simples, o sequenciamento é muito impor-

tante. Mas é preciso dar um sinal claro de que será feita uma mudança estrutural do lado do gasto, da tributação, da gestão do Estado, sim. A reforma administrativa é algo que é condição necessária, mas é uma coisa que vai gerar frutos no longo prazo. Nós precisamos de uma resposta que pode ser distribuída no tempo, mas o sinal tem que ser claro para começarmos a abrir um horizonte que reduza a taxa de juros, não vai reduzir a taxa de juros na marra. Agora, com uma taxa de juros real, básica, de 7% ou 8%, não tem sustentabilidade fiscal e não tem sustentabilidade empresarial possível. O custo do crédito no Brasil é uma loucura. É espantoso como a economia ainda consegue funcionar. É um caso de estudo.

Então, é isso. Se é de esquerda ou de direita, eu não sei.

**Sérgio Rondino** - A pergunta agora é do coordenador nacional de Relações Institucionais da fundação, o professor Vilmar Rocha.

**Vilmar Rocha** - A minha referência da reorganização, da estruturação do Estado brasileiro, é a Constituição de 1988. E o Ulysses Guimarães, no discurso dele na sessão de promulgação, disse duas coisas. Primeiro, sobre a questão da democracia, que era essencial: "Temos nojo da ditadura"... E a segunda, sobre a desigualdade social: "A Constituição será a luz, ainda que de lamparina, na noite dos desgraçados".

Em 2023 preparei uma palestra que fiz em muitos lugares, e nela eu punha dois minutos do discurso do Ulysses. Achei muito interessante. Eu não conheci o Ulysses, não tive maiores relações, porque ele é de uma geração anterior à minha. Mas eu fiz dois quadros de comparação, o que era o Brasil em 1988 e em 2023, 35 anos depois. A população, em 1988, era de 148 milhões e, em 2023, de 216 milhões. Houve um crescimento grande da população.

Segundo, houve um processo de urbanização fortíssimo. Nós tínhamos 75% da população urbana e, em 2023, 86%. É muita coisa. A renda per capita era de 2.887 dólares e, em 2023, 6 mil e tantos dólares. Há mais alguns dados aqui interessantes. A

desigualdade de renda era 0,615; em 2023, 0,518, reduziu. O analfabetismo, em 1988, era 17%, caiu para 5%. A expectativa de vida era de 65 anos, e em 2023, 76. O salário mínimo correspondia a 384 reais e, em 2023 era de 1.320 reais. Em síntese, a situação geral do povo brasileiro melhorou nos 35 anos, mas prevalece uma desigualdade vergonhosa, humilhante, acachapante. Por quê? Porque não mudou a desigualdade estrutural. Melhorou a situação geral do povo, mas a desigualdade estrutural não se alterou. Como é que nós podemos alterar essa desigualdade estrutural?

Eu vejo dois caminhos. Não sei se há outros. O primeiro é uma reforma tributária. É a questão dos tributos. Nós temos hoje 700 bilhões de reais de isenções. E as emendas parlamentares são 60 bilhões de reais. Eu até fiz uma formulação: se cortássemos 10% das isenções e 50% das emendas, já resolveria parte do débito, daria por volta de 100 bilhões de reais. Então, tem que ser através de uma reforma tributária para valer.

E a segunda, essa é de médio e longo prazos, é uma revolução, ser radical, no sentido de ir à raiz, na educação fundamental. Ser radical. O educador e gestor público **Cristóvão Buarque**, que é um sonhador, por exemplo, propôs federalizar o ensino fundamental. Não sei se é a solução, não. Mas precisa de algo radical. E hoje nós temos como fazer, sabe por quê? Porque o ensino fundamental se tornou administrável. Primeiro, todo mundo tem acesso. E está caindo o número de alunos no ensino fundamental. Caiu fortemente. Não vai aumentar a demanda. Então, dá para você fazer algo de radical.

Por esses dias eu ouvi alguém falando assim: "Dá um salário de 10 mil reais para os professores de ensino fundamental". Não sei se isso é certo, não. O que você me diz disso? O que nós podemos fazer para atacar a desigualdade estrutural no Brasil?

**Sérgio Fausto** - Tem que mexer do lado da tributação, tem que mexer do lado do gasto. Educação é um processo de longo prazo, mas é fundamental e a gente deveria ser capaz neste momento de nos concentrarmos no ensino médio, que é a etapa que

ficou absolutamente estagnada no Brasil, depois de 30 anos de mudanças, remontando ao governo **Fernando Henrique** - com **Paulo Renato Souza** como ministro da Educação - inclusive, do ponto de vista das matrículas não houve expansão do ensino médio. Tem um nó ali no ensino médio. Se você não resolve o nó, não consegue fazer com que o sistema leve uma quantidade maior de pessoas, seja para a universidade, seja para o mercado de trabalho, com maior nível de qualificação via ensino técnico. Então, é um enorme problema.

Mas a gente tem que olhar tudo isso sem perder de vista que o País precisa crescer mais do que cresceu nos últimos 40 anos. Aí eu acho que é a perna fraca desse período. O economista **Roberto Macedo**, aqui presente, que me corrija se eu estiver errado. Mas, na média, a renda per capita brasileira nesse período, nos últimos 35, 40 anos, cresceu muito pouco.

Eu lembro que o presidente Fernando Henrique me pedia para fazer uma conta: crescendo nesta taxa que estamos crescendo, quando é que nós teremos uma renda per capita igual à de Portugal, ou seja, dos mais pobres da União Europeia? Dava uns 40, 50 anos. Ora, esse é um enorme problema, sobretudo em uma sociedade que é muito mais desigual do que a portuguesa, muito mais violenta do que a portuguesa. A gente tem que olhar a nossa velocidade relativa. E a nossa velocidade relativa, nos últimos 40 anos, comparada com a de outros países, leva a conclusões menos otimistas.

Quando a gente se compara a nós mesmos, acho que os sinais são muito evidentes de melhora. Mas tem um problema, digamos, de comparação relativa e de preocupação com a taxa de crescimento. Nós temos que crescer mais. E desse ponto de vista, digamos, o argumento - vamos chamar da direita - tem pertinência. Há o problema do crescimento, da produtividade. Se não resolvermos o problema da produtividade, não vamos resolver o problema da injustiça social. A direita tem razão quando diz isso.

**Sérgio Rondino** - A próxima pergunta é do advogado e presidente da Associação Comercial de São Paulo, Roberto Ordine.

**Roberto Ordine** - Em primeiro lugar, parabéns Sérgio Fausto. Confesso que hoje aprendi mais sobre social-democracia do que tudo que li nessa minha vida. E vi a diferença entre a social-democracia europeia e aquela que poderia ser a nossa. Agora, eu gostaria de tocar em três pontos importantes. Em primeiro lugar, você mencionou o Simples e o MEI. Praticamente vão desaparecer com a reforma tributária no formato que está, o que é uma tristeza, porque geraram inclusão social de comerciantes, empresários de maneira geral, que estavam na total informalidade e o governo nunca imaginariam conseguir algum recurso naquele formato. O MEI, por exemplo, é a solução para todas essas profissões. No momento em que o profissional está formalizado pelo MEI, ele tem a proteção previdenciária, a proteção social de maneira geral, para si e para sua família. Um grande erro é que nós temos uma Justiça do Trabalho que milita contra tudo isso que foi feito.

A reforma trabalhista na época do presidente Michel Temer, reforma da qual nós participamos, atingiu um ponto muito interessante. No entanto, nós não conseguimos que ela prevaleça. Hoje está totalmente distorcida, principalmente pela Justiça trabalhista. Gostaria que você comentasse.

**Sérgio Fausto** - Eu tenho uma visão diferente. Eu compreendo que o MEI foi importante para formalizar um conjunto de pequenos empreendedores que estavam totalmente no mercado informal. O problema é a maneira como foi feita a formalização. Ele tem direito a todos os benefícios previdenciários que um trabalhador CLT tem, mas a contribuição dele é mínima. Então, acho que é preciso recalibrar os dois sistemas. Acho que o MEI precisa pagar mais para fazer jus a esse benefício, senão a conta não fecha. Ao mesmo tempo que o custo da Previdência para quem está no setor formal precisa ser reduzido. Então, é necessária uma recalibragem entre o formal e o informal, não é diminuição de carga tributária. Aí tem que chamar quem é especialista nesse negócio. Precisa encontrar uma outra base tributária que desonere o fator trabalho. Mas não podemos abrir mão de receita para a Previdência

numa sociedade que está envelhecendo de maneira muito veloz. Não fecha a conta.

Eu não sou um especialista, mas, por exemplo, o dado que acho que é concreto: quando você compara o teto do Simples com regimes análogos em outros países, aqui o teto é bem alto. Então, eu acho que temos um problema. É claro que, por um lado, há o problema da fragilidade do setor produtivo. E aí tem um negócio de gradação e de calibragem - não sou especialista -, mas esses regimes especiais, tais como eles funcionam hoje em dia, são um problema para a sustentação do conjunto do Estado e da Previdência em particular. Agora, como é que faz a transição? É complicado, porque você não pode dar um choque tributário nesse setor.

**Sérgio Rondino** - A próxima pergunta é do cientista político Rogério Schmitt.

**Rogério Schmitt** - A minha pergunta é sobre essa questão da - vamos chamar de - terceira via, que você mencionou. Só queria fazer dois comentários preliminares. O **Maurice de Berger**, cientista político francês, dizia que não existe centro. O centro é a direita da esquerda e a esquerda da direita, que são os moderados dos dois lados. E no modelo mais famoso de social-democracia, que é a alemã, a constituição do chamado Estado da Economia Social de Mercado, como eles chamam, foi o resultado de um compromisso entre a social-democracia e a democracia cristã, a esquerda e a direita, com muita ênfase não só na questão social, mas também na questão da democracia, que eu acho que é um tema que passou meio batido.

A minha pergunta é: você acha que a configuração dessa terceira via no Brasil precisa, necessariamente, passar por um partido de centro ou pode ser o resultado da eventual moderação tanto da esquerda quanto da direita?

**Sérgio Fausto** - Eu acho os processos que estão acontecendo, de adensamento do quadro partidário, depois das reformas de 2017, são positivos. Aqui é multipartidário, aqui tem que trabalhar com

coalizões. A Alemanha faz acordos. Os caras fazem acordos e produzem cartapácios de 200 páginas que são submetidas às votações internas de cada partido. Você viu uma coisa desse tipo acontecendo no Brasil? Não. É pouco provável. Eu acho que um conjunto de partidos poderia chegar a uma agenda comum mínima, mas precisariam ter maior adensamento programático. Isso é difícil no Brasil porque o País está regionalmente dividido. Todos os partidos têm dentro de si, uns mais, outros menos, essa divisão. O lulismo é mais forte no Nordeste, a direita é mais forte no Centro-Oeste e no Sul. Isso aparece dentro dos partidos.

Então, como é que, em um país como o nosso, fazemos um programa que seja de fato internalizado nos partidos e tenha validade nacional? Não é brincadeira. A gente teve duas agremiações que fizeram isso no período recente. Uma desapareceu, que é o PSDB, e a outra está em crise, que é o PT. Então é um trabalho de Hércules aqui, mas eu acho que precisa ser feito.

**Sérgio Rondino** - Nossa próxima pergunta é do engenheiro e ex-prefeito de Botucatu, Mário Pardini.

**Mário Pardini** - A gente vê que as eleições proporcionais produzem cada vez mais vantagens para as celebridades, que são muito distantes da população e, portanto, existe uma ausência muito grande de responsabilidade e compromisso. Então, às vezes, uma pessoa da minha cidade, Botucatu, no interior de São Paulo, vota no **Tiririca**, que tem um monte de votos. E essa pessoa nem lembra mais que votou no Tiririca, para dar o exemplo talvez mais forte. Quanto a adoção do voto distrital poderia ajudar na formação de novas lideranças, e quanto ele pode também contribuir para que exista um ambiente mais propício para a aprovação das reformas que o País precisa?

**Sérgio Fausto** - Eu cada vez me convenço mais. Sei que é complicado, não desconheço as complexidades, mas acho que o sistema distrital misto nos ajudaria a pôr um pouco mais de ordem nessa relação entre partido e eleitorado. Uma lista fechada

dos partidos e com um voto distrital de tal maneira que pudéssemos combinar essa representação partidária de nomes que são de referência com a representação local. É óbvio que os partidos, na hora de compor a chapa, vão levar em consideração critérios pragmáticos. Então, é possível que entre, sim, uma celebridade para dizer que naquela chapa lá está um cara conhecido, etc. Mas o fato é que isso será feito de maneira explícita.

Qual é o teu time? Me mostra aí qual é o teu time. Pô, esse quarto zagueiro que você colocou é ruim de bola. Ah, você botou de cabeça de chapa aqui esse goleador, esse cara é bom, por isso e por isso. Fazendo metáfora futebolística. O professor Roberto Macedo, por exemplo, uma referência na área de economia, se fosse candidato teria muita dificuldade no sistema atual, estaria praticamente fora do jogo. O PSD, por exemplo, poderia ter em sua chapa de candidatos alguém que empreste respeitabilidade ao partido, que seja uma referência nacional em determinada área, ou uma pessoa com o perfil local, que faça a representação local. Então, acho que o voto distrital valeria a pena.

Ah, você vai fortalecer as oligarquias partidárias cada vez mais... Mas nesse caso pelo menos vai ter responsabilidade. Se escolheu mal a chapa, vai ter reflexo eleitoral. Se um cara da chapa dele se meter em confusão, o partido responde, mancha a imagem do partido. Na prática, tudo isso é mais complicado do que eu estou dizendo, mas acho que seria um caminho na direção correta.

**Sérgio Rondino** - Nós queremos agradecer mais uma vez ao cientista político Sérgio Fausto pela gentileza de nos atender nessa conversa que foi extremamente interessante, proveitosa. Muito obrigado.

**Sérgio Fausto** - Acredito em partidos, vejo o trabalho de organização do PSD com bons olhos e vejo também gente por quem tenho carinho e admiração.

**Sérgio Rondino** - E agradeço a todos pela participação. Muito obrigado. Até o nosso próximo Diálogo no Espaço Democrático.



Presidente <b>Alfredo Cotait Neto</b>  Coordenador Nacional de Formação Política <b>Raimundo Colombo</b>  Coordenador Nacional de Relações Institucionais <b>Vilmar Rocha</b>  Secretária <b>Ivani Boscolo</b>  Diretor Superintendente <b>João Francisco Aprá</b>	<b>Conselho Consultivo</b>  Presidente <b>Guilherme Afif Domingos</b>  Conselheiros <b>Alda Marco Antonio</b> <b>André de Paula</b> <b>Eduardo Pimentel</b> <b>Omar Aziz</b> <b>Otto Alencar</b> <b>Rafael Greca</b> <b>Ricardo Patah</b>	<b>Conselho Superior de Orientação</b>  Presidente <b>Gilberto Kassab</b>  Conselheiros <b>Antonio Brito</b> <b>Carlos Massa Ratinho Junior</b> <b>Eduardo Braide</b> <b>Eduardo Cavaliere</b> <b>Eduardo Paes</b> <b>Guilherme Campos</b> <b>Letícia Boll Vargas</b> <b>Samuel Hanan</b> <b>Topazio Silveira Neto</b>
---	---	--

**diálogos no espaço democrático** - Coleção 2025 - A SOCIAL-DEMOCRACIA EM DEBATE  
**ESPAÇO DEMOCRÁTICO** - Site: [www.espacodemocratico.org.br](http://www.espacodemocratico.org.br) Facebook: [EspacoDemocraticoPSD](https://www.facebook.com/EspacoDemocraticoPSD) Twitter: [@espdemocratico](https://twitter.com/espdemocratico)  
 Coordenação - Scriptum Comunicação - Jornalista responsável - Sérgio Rondino (MTB 8367)  
 Projeto Gráfico - BReeder Editora e Ass. de Com. Ltda - Marisa Villas Boas - Fotos - Scriptum



[www.espacodemocratico.org.br](http://www.espacodemocratico.org.br)